



**BRASIL
RESILIENTE**

Decálogo - Brasil Resiliente

O Novo Brasil que Queremos: Dez compromissos inegociáveis para um Brasil resiliente, justo e sustentável

1. Apresentação

O que é o Brasil Resiliente

O Brasil Resiliente é uma iniciativa liderada pelo Grupo de Financiamento Climático para a América Latina e o Caribe (GFLAC) que constrói uma plataforma de articulação entre organizações da sociedade civil para fortalecer a incorporação da agenda climática e ambiental em processos estratégicos de política pública. Inspirada na experiência do México Resiliente e com sua metodologia adaptada ao contexto brasileiro, terá como primeira atividade a avaliação das propostas dos candidatos à presidência da República nas áreas de clima e sustentabilidade, contribuindo para a construção dos instrumentos que orientarão a atuação do próximo governo.

Mais do que acompanhar o processo eleitoral, o Brasil Resiliente busca contribuir para que os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em matéria de clima, biodiversidade e desenvolvimento sustentável sejam traduzidos em ações nacionais concretas, fortalecendo políticas de Estado e assegurando que o país mantenha sua liderança internacional na agenda climática, independentemente do resultado das eleições. A iniciativa reconhece que a crise climática afeta de forma desigual diferentes territórios e grupos sociais, incorporando como princípios orientadores a justiça climática, a proteção dos direitos humanos e a promoção de medidas de adaptação que reduzam vulnerabilidades e desigualdades.

Objetivo do Decálogo

O Decálogo de Demandas Prioritárias reúne os dez compromissos que a rede de organizações da sociedade civil articulada pelo Brasil Resiliente considera inegociáveis para que o próximo ciclo de governo avance em uma trajetória climática justa, resiliente e sustentável. Construído de forma participativa entre as organizações da rede, o documento traduz as agendas mais críticas para o país em mensagens e prioridades comuns, capazes de orientar o diálogo com candidatos, partidos, equipes de campanha e a sociedade em geral.

O Decálogo busca, além disso, alinhar e articular os esforços das organizações que integram o Brasil Resiliente em torno de uma agenda comum de soluções climáticas, ambientais e de desenvolvimento sustentável para o país, fortalecendo sua capacidade de impulsionar de forma coordenada essas prioridades tanto durante o processo eleitoral quanto ao longo do próximo ciclo de governo, uma vez que se pretende que a coalizão perdure e se fortaleça após as eleições.

Como o documento será utilizado

O Decálogo servirá de base técnica para a metodologia de análise das propostas de governo, permitindo avaliar de forma objetiva o alinhamento dos programas e compromissos apresentados pelos candidatos com os desafios climáticos, ambientais e de desenvolvimento do Brasil. A partir dele, serão implementadas estratégias de comunicação e incidência voltadas a ampliar a



**BRASIL
RESILIENTE**

visibilidade das propostas construídas coletivamente e manter a agenda climática como prioridade ao longo do próximo ciclo governamental.

2. Os 10 Compromissos

1. Transição justa e empregos verdes

Assegurar que a transformação para uma economia de baixo carbono seja socialmente justa, garantindo proteção social, requalificação profissional e oportunidades de trabalho digno para trabalhadores e comunidades vinculados a setores mais dependentes de atividades intensivas em carbono. Garantir a participação efetiva de trabalhadores, comunidades e territórios afetados na definição, implementação e acompanhamento das políticas de transição, reconhecendo seus impactos sociais, econômicos e territoriais. Promover, de forma articulada, a criação de empregos verdes de qualidade em áreas como energias renováveis, bioeconomia, gestão da água, mobilidade sustentável e economia circular.

2. Energia limpa e renovável

Reduzir progressivamente a dependência de combustíveis fósseis, frear a expansão de novas fronteiras de exploração de petróleo e gás — como na Foz do Amazonas — e eliminar subsídios aos combustíveis fósseis. Acelerar a eletrificação do transporte e a eficiência energética na indústria, ampliar a geração solar e eólica distribuída e garantir transparência, participação social e monitoramento contínuo das políticas e investimentos do setor energético, assegurando seu alinhamento aos objetivos climáticos, ambientais e sociais.

3. Desmatamento zero e proteção dos biomas

Estabelecer e implementar a meta de zerar o desmatamento em todos os biomas brasileiros até 2030 — Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal, Pampa e Caatinga —, com metas claras e verificáveis de redução do desmatamento e de restauração ambiental, fortalecer os órgãos de fiscalização ambiental e combater efetivamente o garimpo e a grilagem ilegal de terras.

4. Agricultura de baixo carbono e segurança alimentar

Impulsionar a agroecologia, a redução do uso de agrotóxicos e a diminuição da dependência de monoculturas de exportação, incorporando práticas e tecnologias de baixo carbono como recuperação de pastagens degradadas, integração lavoura-pecuária-floresta e sistemas agroflorestais, com um enfoque que vincule segurança alimentar, conservação dos solos, redução de emissões e resiliência climática.

5. Defesa de povos indígenas, quilombolas e defensores do território

Reconhecer o papel central de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais na proteção dos biomas brasileiros e no combate à crise climática, concluindo os processos de demarcação territorial pendentes e garantindo o direito à **consulta livre, prévia e informada**, conforme estabelecido pela **Convenção nº 169 da OIT**, além de fortalecer os mecanismos de proteção a defensores ambientais, em linha com o Acordo de Escazú.



**BRASIL
RESILIENTE**

6. Segurança hídrica

Fortalecer a gestão integrada de bacias hidrográficas e aquíferos, com controle efetivo sobre o uso excessivo da água por grandes usuários e prioridade ao consumo humano em situações de escassez, garantindo acesso equitativo e sustentável à água em todo o território nacional, do semiárido às grandes cidades.

7. Proteção das águas: rios, oceanos e zonas costeiras;

Fortalecer a conservação marinha e fluvial, ampliar áreas protegidas e restaurar ecossistemas costeiros — manguezais e recifes —, assegurando meios de vida sustentáveis para comunidades pesqueiras diante da expansão de atividades extrativas offshore.

8. Proteção da biodiversidade e fortalecimento da sociobiodiversidade

Ampliar e fortalecer as unidades de conservação e impulsionar a economia da sociobiodiversidade e as cadeias produtivas lideradas por povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, reconhecidos como guardiões da biodiversidade. Combater a biopirataria e o tráfico de animais, e assegurar a repartição justa dos benefícios do acesso ao patrimônio genético e aos saberes tradicionais do país.

9. Cidades resilientes e adaptação a eventos climáticos extremos

Transformar a mobilidade urbana e priorizar infraestrutura de drenagem, contenção de riscos e habitação segura, promovendo a adaptação das cidades, das áreas rurais e dos demais territórios do país para enfrentar enchentes, deslizamentos, ondas de calor e outros eventos extremos. Fortalecer a política nacional de adaptação às mudanças climáticas e implementar sistemas de alerta precoce e mecanismos de prevenção e resposta, incluindo o fortalecimento da Defesa Civil. Priorizar soluções baseadas na natureza e a proteção das populações mais vulneráveis, com atenção aos territórios indígenas, às regiões costeiras e às comunidades expostas aos impactos desproporcionais da crise climática, incluindo o combate ao racismo ambiental.

10. Financiamento climático justo e transparente

Alinhar receitas públicas, orçamentos, incentivos fiscais, investimentos públicos e instrumentos da banca de desenvolvimento aos objetivos climáticos e de biodiversidade, estruturando o financiamento climático como eixo transversal de políticas públicas. Garantir recursos estáveis, de qualidade e diretamente acessíveis aos territórios mais vulneráveis, ampliando a oferta de recursos não reembolsáveis para adaptação e priorizando territórios e populações em situação de maior vulnerabilidade climática, considerando as condições de acesso, a distribuição territorial e o equilíbrio entre financiamento para mitigação e adaptação. Identificar, tornar transparentes e reduzir progressivamente os fluxos de recursos públicos que incentivam atividades intensivas em carbono ou que gerem impactos ambientais negativos, de modo a alinhar o conjunto do financiamento público aos objetivos climáticos e ambientais. Ampliar a transparência e a rastreabilidade dos gastos climáticos e fortalecer instrumentos de crédito e financiamento inclusivo para mulheres, populações negras e periféricas, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.